

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário do Povo (S.P.)

Class.: 10

Data 27 de agosto de 1985

Pg.:

Na área indígena

A Funai decidiu impedir que os aviões da entidade Asas do Socorro, acusada pelo dono da Embraine, Antonio Carlos Calvares, de participar do contrabando de pedras preciosas para os Estados Unidos, operarem em qualquer área indígena até que sejam esclarecidas as acusações. A entidade, nos últimos anos, fez oito propostas de convênio com a

Funai, mas apenas um foi assinado pelo ex-presidente do órgão, coronel Paulo Moreira Leal, que, pouco tempo depois, optou pela sua rescisão, levando em conta parecer desfavorável do chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Aviação Civil, brigadeiro Aylton Siano Baeta.

Neste parecer, o chefe do DAC dizia que o pedido feito pela entidade de autorização para atuar nas áreas indígenas "foi considerado inviável por fugir aos objetivos da sociedade Asas do Socorro e à natureza dos serviços serem regulados por legislação própria e específica que a desvincula de qualquer tipo de sociedade civil." Na proposta de Convênio apresentada à Funai, a entidade, com sede em Anápolis, apresentou em dezembro de 81 uma lista com os nomes de todos os pilotos e responsáveis pela manutenção e treinamento de suas equipes. Entre estes nomes, constava o de Paulo Nathan Lewis, pai do contrabandista Mark Lewis, que está colaboran-

do com a Polícia dos Estados Unidos para levantar o contrabando de pedras preciosas do Brasil para os EUA.

Mas, apesar da rescisão do contrato, segundo informações da Funai, a entidade religiosa e filantrópica, como se apresenta a Asas do Socorro, continuava operando nas áreas indígenas, prestando serviço assistencial de transporte às missões evangélicas que atuassem nessas áreas. Entre essas entidades estão a Neva-Missão Evangélica da Amazônia; o Summer Institute of Linguistic; Associação dos Batistas para o Evangelismo Mundial; Sociedade Evangélica Batista Nid - Missions; além da Associação Lingulsta Evangélica Missionária; e Novas Tribos do Brasil.

Uma delas, o Summer Institute of Linguistic, foi acusada, em 1978, de estar realizando pesquisa em áreas indígenas, fato que acabou gerando o rompimento do convênio, depois reatado pelo presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima.